

ENSINO DA CIDADANIA E INTERCULTURALIDADE LUSÓFONA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MACIÇO DE BATURITE, CEARÁ, BRASIL.

Paulo Fungulane ¹
Carlos Subuhana²

Resumo

A interculturalidade, entendida como um projeto em construção de sociedade, na qual as pessoas se reconhecem a si mesmas e estabelecem o diálogo, valorizando as diferenças e os conflitos daí gerados, nutre-se de perspectivas interdisciplinares para compreender o fenômeno da diversidade cultural, apostando em mudanças na educação, em sua acepção mais ampla. O “*Ensino de Cidadania e Interculturalidade Lusófona no Maciço de Baturité*” almeja expor a culturas entendida como expressão simbólica, mas também como um vetor para o desenvolvimento e um direito à cidadania que visa a interação entre as mais variadas culturas dos países presentes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, com a comunidade do Maciço. Sendo a UNILAB uma instituição de ensino e pesquisa, que reúne docentes e discentes de várias origens socioculturais e históricas - África, Ásia e Brasil, e tendo a universidade e estudantes como umas das preocupações a inclusão de jovens e maior acesso de educação encontramos aqui uma oportunidade de oferecer aos jovens estudantes das escolas públicas Municipais da região uma forma de conhecer, aprender e ampliar os seus conhecimentos sobre os espaços da Lusofonia, através da dança, música, teatro e poesia Lusófono.

Palavras-chave: Cidadania; Interculturalidade; Lusofonia, Cultura.

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural caracteriza a UNILAB, e é um fator a favor da missão de integração e convivência entre as pessoas. Pretende-se com este projeto uma interação de uma forma horizontal e sinérgica no que se refere a arte mais, concretamente a música, dança, poesia e teatro das diferentes culturas existentes na Unilab para um acesso de contato direto e construção de uma ampla cidadania com igualdade de direitos em todo Maciço de Baturité.

O projeto “Cidadania e Interculturalidade Lusófona no Maciço de Baturité, Ceará, Brasil” tem oferecido, desde 2016, uma série de oficinas, atividades de demonstração cultural, entretenimento e palestras com caráter educativo de produção cultural, na perspectiva de

1 Estudante, 3 semestre de Bacharelado em Humanidades, Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro – Brasileira – UNILAB, pfungulane@gmail.com, Ceara – Brasil.

2 Bacharel em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ); Mestre em Sociologia, com concentração em Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ); Doutor em Serviço Social (PPGSS/ESS/UFRJ); Pós-doutor em Antropologia (DA/USP); Professor Adjunto (UNILAB). subuhana@unilab.edu.br

expressar emoções e ideias através do um movimento intercultural, para os jovens estudantes da UNILAB e a comunidade de todo Maciço de Baturité. O objetivo desse movimento intercultural é promover a igualdade através da arte e propiciar a oportunidade de aprendizado de métodos e técnicas de todas as etapas de uma produção envolvendo a arte no seu todo, na qual a expressão artística dialoga com os processos educativos de conscientização e emancipação para construção de uma comunidade sem desigualdades, e livre de atitudes de preconceitos e discriminação.

A questão da diversidade cultural é um tema interessante principalmente em países que tiveram o mesmo processo histórico de colonização como os ocorridos na África, América Latina e Ásia, com o conseqüente fluxo numeroso de estudantes vindos das ex-colônias para o mesmo ambiente acadêmico. É neste contexto que surge o conceito de interculturalidade, usado para indicar um conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, “fomentando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus respectivos contextos” (FLEURI, 2005).

Nas regiões mais carentes, como o Maciço de Baturité, as manifestações culturais acabam possibilitando processos de tomada de consciência para promover a igualdade social e propiciam também processos criativos de expressões autênticas e autônomas que dão voz e visibilidade a sujeitos marginalizados e descriminalizados.

A INTERCULTURALIDADE, CIDADANIA LUSOFONA E A SOCIEDADE BRASILEIRA.

A principal questão teórica deste trabalho é a interculturalidade. A interculturalidade, entendida como um projeto em construção constante de sociedade, na qual as pessoas se reconhecem a si mesmas e estabelecem o diálogo, valorizando as diferenças e os conflitos daí gerados, nutre-se de perspectivas interdisciplinares para compreender o fenômeno da diversidade cultural, apostando em mudanças na educação, em sua acepção mais ampla.

Segundo Fleure (apud ROMANE, sd), a interculturalidade refere-se a um complexo campo de debates entre as várias concepções e propostas que enfrentam a questão da relação entre

processos identitários e socioculturais diferentes, focalizando especificamente a possibilidade de respeitar as diferenças e integrá-las em uma unidade que não as anule.

De acordo com Romane, o conceito de intercultura apresenta a complexibilidade que é tratar deste assunto. Segundo a autora, falar de etnia, raça, cor, gênero, entre outros, são temas que antes de tudo deve mudar o nosso modo de ver o mundo, eliminar nossos preconceitos, e compreender as diferenças e as identidades culturais de cada povo. Romane acrescenta que o interculturalismo pode ser interpretado a partir de várias terminologias, tais como multiculturalismo (entendido como um fato social), interculturalismo, e transculturalismo, e que é identificado quando se trata da existência de diversas culturas, de diversos povos, religiões, políticas, costumes, tradições, etc.

Segundo Vieira (apud ROMANE), o conceito de formação intercultural “ainda está em construção”. A intercultura busca harmonizar a convivência entre diferentes culturas, excluindo ou minimizando conflitos, na medida em que uma cultura tolere a outra. Vieira argumenta que o que pretende é desenvolver relacionamentos cooperativos entre as diferentes culturas em que sejam mantidas – e respeitadas as identidades culturais. Entretanto, o autor reconhece que os conflitos permanecem inclusive em nome da democracia, mas devem existir em uma condição de igualdade, onde as diferenças não se reflitam em atitudes de preconceito e discriminação.

Uma outra categoria de análise que também chama atenção no texto da Romane é do interculturalismo, que segundo a autora deve-se entender e reconhecer que no mundo onde vivemos existem diferentes identidades culturais, onde cada uma possui sua particularidade, sua especificidade, que devem ser respeitadas ao serem reconhecidas com diferentes, favorecendo dessa forma, a inter-relação, e a interação entre os sujeitos e os vários grupos nas diferentes culturas.

Romane constata que a educação intercultural busca o diálogo entre as culturais e também acredita na possibilidade do aprendizado e bons processos pedagógicos que incluam a todas elas. A autora sugere que cabe a escola criar os meios necessários e suficiente para que possa realmente acontecer a inclusão da diversidade cultural. A escola encontra-se, segundo a autora, desafiada a abrir os caminhos para a diversidade.

O trabalho de Bartolomé (2002), ao que tudo indica, é o que apresenta a proposta do modelo de formação para a cidadania e que serve como ponto de partida para as investigações produzidas no campo da cidadania intercultural. A autora parte do princípio de que a educação intercultural deve ser compreendida como uma resposta à diversidade cultural existente, desde a opção pelo diálogo e pela troca recíproca de bens culturais. A teórica citada afirma que a compreensão de educação intercultural, na medida em que as discussões foram ganhando consistência, do mesmo modo, foram “radicalizando” os próprios princípios. Parte do pressuposto de que a educação pode contribuir para a transformação social, uma vez que se considere a realidade social e política a partir de uma intencionalidade marcada pela intervenção transformadora e que ganhe acento nos processos de aprendizagem. Assim, a educação intercultural foi se articulando com outras correntes educativas, para construir a base da formação de uma cidadania ativa, crítica e intercultural.

Algo que nos deparamos durante a nossa vivência é a influência de outras culturas na formação do indivíduo dentro da sociedade que o compõe, neste caso em específico o como a sociedade brasileira vem assimilando a inclusão de novas culturas no seio da sua sociedade. Em seu livro “A Interpretação das Culturas” o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1973) afirma que a cultura é um sistema de significados construído pelo homem. Esse mesmo sistema permite orientar a existência humana. Trata-se de um sistema de símbolos criados e aceites pelo mesmo indivíduo para uma melhor interação dentro da sociedade. Clifford define o símbolo como sendo um ato qualquer, objeto, acontecimento ou relação que representa um significado, ele defende ainda a cultura como sendo algo público. Geertz (1973, p. 24) vem dizer ainda que a “[...] cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade”, é preciso perceber que a cultura não deve ser percebida como uma obrigação do indivíduo, mas como sendo um elemento fundamental para o bem estar do indivíduo dentro da sociedade. Um dos elementos e patrimônios que os países lusófonos têm em comum é a língua portuguesa, que é oficial nesses países.

ENSINO DA CULTURA LUSÓFONA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MACIÇO DO BATURITÉ – CE.

O Maciço de Baturité é um conjunto de serras compostas pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção,, Barreira e Ocara, ocupa uma área de 4.820 Km², fica localizado no sertão central cearense e é um dos principais pontos turísticos no estado pelas suas lindas e frias serras, que recebem um elevado número de pessoas que no período de inverno, vem se aventurar nas 375 curvas sinuosas que compõem as rodovias do Maciço. Também é conhecido por ter sido um dos seus Municípios, Redenção, a primeira cidade a libertar todos seus escravizados. Hoje em dia Redenção sedia a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, uma instituição de ensino superior pública e federal brasileira voltada para a aproximação com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, em que o seu projeto político pedagógico é visa a integração internacional, algo que permite uma influência direta dessas culturas na sociedade do Maciço. O Maciço conta com mais de 40 escolas públicas em todos os seus municípios, e na sua grande maioria são beneficiárias dos projetos de extensão vindo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

A Educação não formal, conhecida também como educação fora dos espaços escolares, tem como objetivo fundamental permitir o ensino e aprendizagem de forma pouco explorada pela educação formal. Considerada uma forma de ensino, se dá na sua grande parte em espaços ou locais não convencionais de educação, considerada também por alguns autores como intencional. Em uma época em que a educação formal é o principal meio de ensino, aceite e recomendado, a educação não formal se encontra sucateado pois muitas vezes não é considerada como sendo uma educação eficiente, mas a falta deste tipo de ensino no indivíduo formado nas escolas afasta-o dos seus direitos e aumenta a desigualdade social, algo que Libâneo (2012, p.133) defende afirmando que “[...] A educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”. A educação se encontra em constate mudança com o desenvolvimento tecnológico que de uma forma ou de outra acaba eliminado ou dando mais importância a uma forma de ensino, comparativamente às outras, algo que está sendo esquecido por algumas escolas ou governos. Libâneo (2012, p.63) afirma ainda que “[...] A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo”.

Como se sabe, em África as grandes fontes de transmissão de conhecimento são a tradição cultural oral e as fontes orais. De modo particular, as sociedades da África meridional são predominantemente de tradição cultural oral. Em Moçambique, assim como em outros países da região, tais fontes constituem o principal instrumento de comunicação e de pesquisa. A escrita é ainda um privilégio dos grandes centros urbanos, o que não quer dizer que as cidades estejam isentas da tradição oral. Nestes países, a tradição oral constitui o veículo que permite a transmissão de conhecimentos de geração para geração. Amadou Hampâté Bá (1997; 1980), afirma que quando falamos de tradição oral em relação à história africana, referimo-nos à transmissão do conhecimento e/ou saber via oralidade, e nenhuma tentativa de penetrar na história e no espírito dos povos africanos terá validade se não (a menos que) se apoiar nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre ao discípulo.

A Cultura Lusófona é uma cultura na sua totalidade baseada na tradição oral que é a transmissão de conhecimento de uma geração para outra através da oralidade, muitas das vezes esse conhecimento é transmitido através de contos, observação, imitação, ou ainda a repetição, considerado muitas vezes como uma das formas mais eficientes de transmissão de conhecimento. Esse mecanismo é o mesmo usado para o ensino da cultura nas escolas no Maciço, em que juntos com os estudantes através de contos, dramatização, personalização, ritmos dos poemas, dança e gastronomia, passamos a esses estudantes aquilo que é a nossa cultura como um ser lusófono, aquilo que nos torna afins e diferentes. Pois, para conhecer a história de um povo não precisamos apenas da letra ou da escrita, mais sim, também da palavra. A tradição oral é o principal elemento de preservação de histórias, de garantir que essas histórias sejam conhecidas pelas gerações futuras. Então é preciso que preparemos os nossos estudantes, irmãos e filhos a serem os canalizadores dessas histórias, pois uma criança facilmente percebe, guarda e espalha os conhecimentos adquiridos.

Muita das vezes quando se fala nos povos afro-brasileiros, a preservação da tradição oral deve ser vista como uma forma de ligação com sua ancestralidade, tendo em vista um país como o Brasil, onde mais de 50% da população é composta por negros. O reconhecimento de origens ancestrais, como um povo com riquezas culturais, é necessário, é também uma forma de resistência e sobrevivência. Esse resgate talvez seja o grande segredo para preservação e conhecimento da memória dos povos. Quando conhecemos a história de nossos ancestrais

conseguimos sentir orgulho de nossa trajetória, orgulho de todas as lutas que traçamos para chegarmos aqui e, com esse orgulho e conhecimento nos tornamos agentes da memória, nos tornamos responsáveis por não deixar que esse conhecimento morra, somos responsáveis por transmiti-lo e mantê-lo vivo.

Fato este que é um elemento essencial para a formação da identidade do indivíduo. Tendo como base esse processo da preservação da identidade e memória do povo descendente de africanos que moram aqui no Brasil, essas memórias foram preservadas através da oralidade, pesquisa de muitos antropólogos que ao iniciarem seus trabalhos tiveram um envolvimento tão profundo, e muitos participaram de seus ritos, conhecendo a fundo essas comunidades. Hoje ainda tem se lutado para a inserção destes dados nos currículos escolares. Algo que hoje em dia é possível com a aprovação da lei nº 10.639/03, que veio para ser um instrumento de inclusão do ensino intercultural, multicultural e racial, nas propostas pedagógicas e nos currículos escolares, com objetivo principal de tornar a sociedade brasileira mais justa, igualitária e comprometida com a disseminação das suas raízes culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é vista como um local onde o indivíduo é moldado e é formado para encarar o mundo. A escola é a porta de entrada do homem certo para a sociedade globalizada e aceitável. Muitas das vezes a maneira como este indivíduo é preparada criar um estereótipo de indivíduo aceitável dentro da sociedade, faz-se necessário que a escola seja um formador de um indivíduo íntegro e consciente das suas obrigações, deveres e a sua própria história. Como um velho ditado africano diz: “é de pequeno que se torce o pepino”, em outras palavras, deve se inculcar nas crianças valores para que este seja um instrumento para espalhar esses mesmos valores, pois se queremos mudar o adulto do amanhã é preciso preparar bem estas crianças que são os adultos de amanhã. Quando se fala da cultura lusófona a criança torna-se um elemento muito importante na transmissão desse conhecimento e a escola deve-se preocupar em transmitir essas histórias, afinal é a história da própria criança. Algo que Munanga (2005, p. 18) defende ao afirmar que “[...] a identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência... É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação”.

É preciso pensar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, indígena, Africana e Latino-americana como um elemento fundamental para mostrar a importância da diversidade cultural, do conhecimento de várias culturas para um melhor reconhecimento dos povos e das suas histórias, histórias de formação social e econômica do Brasil. Permite ainda demonstrar a importância dos povos negros na formação da sociedade brasileira, permite ainda ser um instrumento de luta por uma escola mais igualitária, um currículo valorizando mais a cultura do país e dos países que compõem a lusofonia, que é tão rica e bonita, e que pouco conhecemos.

O Ensino da cultura lusófona nas escolas pública torna-se necessária porque permite conhecer melhor sobre o negro na sociedade brasileira, valoriza mais sua história e sua cultura que está tão presente nesta sociedade e nas vidas de todos os Brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BÂ, Amadou Hampâté. A Tradição Viva. In: Ki-Zerbo. J. **História geral da África I: metodologia e Pré-história**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980, pp.181-218.
- _____. "A educação tradicional na África". In: **Revista THOT**, n. 64, 1997.
- BARTOLOMÉ, M. Educar para una ciudadanía intercultural. In: BARTOLOMÉ, M. (coord.). **Identidade y ciudadanía**. Um reto a la educación intercultural. Narcea: Barcelona, 2002. p. 131-161.
- CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. Maciço de Baturité. **Plano de Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: SDLR, 2001.
- FERRO, Marc. A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação. São Paulo: IBRASA, 1983.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.
- LIBÂNEO, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Thoschi, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005.
- PALERMO, Miguel & DUPEY, Ana. Arte Popular Africana. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina S.A., 1977.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos. Curso de Verão sobre "**Cidadania e Inteculturalidade em Espaços Lusófonos**", Arrábida 1996, Centro de Estudo das Migrações e das Relações Interculturais da Univ. Aberta, Europa-América, Mem Martins, 1998.
- ROMANE, Fleure. **Por que debater sobre interculturalidade é importante para a educação?**

Mimeo.

ROMERO, Carlos Giménez. “Pluralismo, multiculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos”. **Educación y Futuro: Revista de Investigación Aplicada y Experiencias Educativas**, nº 8. Editorial CES - Don Bosco - EDEBÉ. Abril 2003, pp. 9-26.

_____. **Guía sobre Interculturalidad**. Segunda parte. El enfoque intercultural en las políticas públicas para el desarrollo humano sostenible. Colección Cuadernos Q´anil, número 2. Proyecto de “Interculturalidad, políticas públicas y desarrollo humano sostenible”. PNUD – Guatemala /97/015. Guatemala. 219 p.

TAYLOR, Ch. **El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”**. Fondo de Cultura Económica. México, 1993.